

Notandum, ano 23, n. 54, set./dez. 2020
CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

OS INTELLECTUAIS E A UNIVERSIDADE MEDIEVAL:
APONTAMENTOS SOBRE A EPISTEMOLOGIA DE BOAVENTURA DE
BAGNOREGIO NO SÉCULO XIII

THE INTELLECTUALS AND THE UNIVERSITY IN THE MIDDLE AGES:
NOTES ABOUT BONAVENTURE OF BAGNOREGIO'S
EPISTEMOLOGY IN THE 13TH CENTURY

LOS INTELLECTUALES Y LA UNIVERSIDAD MEDIEVAL: NOTAS
SOBRE LA EPISTEMOLOGÍA DE BUENAVENTURA DE BAGNOREGIO
EN EL SIGLO XIII

Ana Paula Tavares Magalhães

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Laboratório de Estudos e de Produção de Textos relacionados ao Pensamento e à Cultura na Idade Média (LABORA). Professora Associada da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: apmagalh@usp.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi54.52968>

Recebido em 04/04/2020

Aceito em 14/08/2020

Resumo

A Universidade medieval surgiu a partir da associação entre tradição e transformação, no contexto da Idade Média Central. Muito rapidamente, a instituição universitária passou a integrar a mesma dinâmica social das cidades e a reproduzir idênticos conflitos políticos entre senhorios, reinos e bispados. A inserção das Ordens Mendicantes no ambiente universitário viria a reforçar sua legitimidade social e a inserir os frades nos conflitos políticos do período. A Universidade de Paris em particular seria o palco dos grandes embates acadêmicos e dos grandes conflitos pelo poder ao longo do século XIII. No caso da Ordem Franciscana, destaca-se o pensamento de Boaventura de Bagnoregio (c.1221-1274), tributário da epistemologia agostiniana e, ao mesmo tempo, dotado de características que particularizaram a filosofia medieval.

Palavras-chave: Ordem Franciscana; Universidade de Paris; Filosofia; debate; pensamento.

Abstract

The medieval University came to light based on the tradition and transformations in course during the High Middle Ages. Immediately, the University institution took part in the cities' social issues, and got involved in political conflicts between lordships, kingdoms, and dioceses. The entry of the Mendicant Orders in the university environment would reinforce its social legitimacy, and input the friars in the political conflict that dominate those times. In particular the University of Paris would be the scenario of the major academic struggles as well as the disputes over power in the 13th century. In the case of the Franciscan Order, we underscore Bonaventure of Bagnoregio thought (c.1221-1274), that was tributary of Saint Augustin's epistemology but, in the same time, endowed with particular features of Medieval Philosophy.

Keywords: Franciscan Order; University of Paris; Philosophy; debate; thought.

Resumen

La Universidad medieval nació después lo encuentro mientras tradición y cambio, en el corazón de la Edad Media. Mui rápidamente la institución universitaria pasó a integrar la misma dinámica social de las ciudades y a reproducir los mismos conflictos políticos mientras señoríos, reinos y obispados. La entrada de los Órdenes Mendicantes en la atmosfera universitaria representó un reforzo de su legitimidad social y al mismo tiempo la introducción de los frailes a los conflictos políticos de su tiempo. La Universidad de Paris en particular sería el escenario de las grandes disputas académicas y de los grandes conflictos políticos en el siglo 13. Por el Orden Franciscano tuvo destaque el pensamiento de Buenaventura de Bagnoregio (c.1221-1274), inspirado por la epistemología de Agustín, pero también dotado de características muy particulares de la Filosofía medieval.

Palabras clave: Orden Franciscano; Universidad de Paris; Filosofía; disputa; pensamiento.

Introdução

Entre a tradição patrística da busca pelo conhecimento e da valorização de suas formas de aquisição e valorização – fundamentalmente representadas pela doutrina epistemológica de Agostinho de Hipona (354-430) – e o aporte de novos elementos que viabilizaram a formulação de novas questões e novas respostas – com a redescoberta de Aristóteles pela cristandade latina –, podemos identificar um elemento central de convergência, síntese do pensamento e da prática dos padres da Igreja na Idade Média: a Universidade.

Compreendemos a Universidade medieval como a expressão de um relativo consenso entre tradição e modernidade, sacralização e laicização, institucionalização e liberdade – elementos conflitantes e convergentes que assinalaram o século XIII de uma maneira geral. Os anos de 1200 foram marcados pela prática da suposta pobreza absoluta de Cristo e pela criação do Tribunal do Santo Ofício; pela mendicância “santa” dos franciscanos e pela mendicância

“herética” dos valdenses; pelo caráter humanístico da representação franciscana do presépio e pela doutrina da *plenitudo potestatis* da Igreja – cidade celeste na terra.

Contradição semelhante marcaria a relação dos padres medievais no contexto da Universidade. Ao mesmo tempo que seus mestres procurariam estabelecer ali continuidades em relação às concepções e doutrinas cristãs originais acerca do conhecimento, a Universidade tornou-se o lugar por excelência da introdução do método aristotélico. Além disso, a Universidade medieval encontrava-se, ela mesma, institucionalizada por meio da aquisição de privilégios e se tornava rapidamente o campo privilegiado para a disseminação do ensinamento dos mestres da fé e das ciências em geral; mas essa mesma institucionalização era primariamente baseada na liberdade – traduzida pela autonomia que marcaria o *status* desses núcleos do saber –, o que resultaria na adoção de normas relativamente distantes tanto daquelas do *regnum* quanto daquelas do *sacerdotium*.

Esse último expediente acabaria sendo decisivo para articular, em muitas localidades, a instituição universitária à autoridade papal, que vez por outra lançaria mão desse capital humano e institucional para fazer frente a poderes locais constituídos. Pode-se afirmar que a autonomia universitária, aspecto da própria constituição da Universidade medieval, desempenharia um papel fundamental no sentido da promoção dos Frades Mendicantes às cátedras, na medida em que favorecia a ingerência e o patronato papal, nomeadamente no contexto parisiense. Arautos da reforma papal no século XIII, os Mendicantes – Franciscanos e Dominicanos – se converteriam no principal elemento de mediação entre o papado e as sociedades – fosse pela via da pregação, fosse pela via da inquisição, fosse pela via da produção e disseminação do saber.

Escola monástica, escola episcopal, universidade

Elementos de agregação e de síntese do conhecimento, as escolas monásticas seriam importantes por operar a construção, ao longo dos anos da Antiguidade Tardia e da Idade Média Central, de um *curriculum* fundamental, um método de ensino e uma tradição de estudos. Além disto, as escolas dos mosteiros seriam importantes por efetuar a ligação entre o conhecimento produzido e armazenado pelos religiosos e o *saeculum* (uma vez que eram o *locus* essencial da formação da aristocracia laica e, igualmente, do clero secular), para a contínua criação e manutenção do *éthos* cristão e, ainda, para a preservação do conhecimento acumulado, verdadeiros repositórios da cultura clássica (seria até mesmo dispensável citar as bibliotecas monásticas, máxima expressão da cultura letrada na Idade Média). Apesar disso, tratava-se de um espaço de conhecimento geograficamente circunscrito a limites físicos e ideologicamente

restrito a um determinado *corpus* social. O advento da Universidade no século XIII marcaria a conversão do *locus* do conhecimento em espaço aberto, autônomo e marcado por trocas constantes.

No que concerne à tradição catedrática, esta teria adquirido prestígio em torno do ano 1000, com a dinâmica urbana e a ascensão das escolas das catedrais – que forneceriam as bases materiais e a estrutura para a organização da economia do conhecimento. Sua presença em ambiente citadino, associada à hierarquia estabelecida a partir da cátedra – a cadeira episcopal –, consistiria no modelo estruturante da instituição universitária. Por sua vez, o mosteiro, como guardião da cultura clássica e da obra dos padres, criava, ele próprio, um ambiente adequado ao estudo e à erudição. Um dos maiores testemunhos da efervescência do pensamento no período foi Hugo de São Vítor (1096-1141), abade ligado à tradição patrística e regente da escola do mosteiro agostiniano de Paris.

A epistemologia de Hugo de São Vítor caracterizou-se por estabelecer o conhecimento como possível, desejável e conducente à união com Deus. A epistemologia de Hugo de São Vítor caracterizou-se por estabelecer o conhecimento como possível, desejável e conducente à união com Deus. De acordo com o mestre agostiniano, a *sapientia* era a origem de todas as artes, pois nela reside a forma do bem perfeito (*in qua perfecti bona forma consistit*). Trata-se de um fundamento aristotélico, expresso na *Ética a Nicômaco*, segundo o qual todo conhecimento tende ao Bem (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, § I). A concepção radica-se na relação estabelecida por Platão entre *saber* e *virtude*, relação essa abordada ao longo do diálogo *Fedro*. A retomada dos elementos platônico-aristotélicos por Hugo de São-Vítor opera-se por intermédio da obra de Agostinho – predominante no pensamento epistemológico do abade. O homem, a partir da luz da sabedoria (*sapientia illuminat hominem*), conhece a si mesmo (*se ipsum agnoscat*) e aproxima-se de Deus (HUGO DE SÃO-VÍTOR, *Didascalicon*, § I).

Hugo de São Vítor identificou a sabedoria à segunda pessoa da Trindade, a saber, o Verbo divino, conforme o Evangelho de João (1:1): “No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. Originalmente trata-se, no texto evangélico, da terminologia grega do *lógos* divino – que se entende por razão, pensamento, discurso ordenado, atribuído, neste caso, ao Filho de Deus Pai. Seguindo de perto a epistemologia agostiniana, o mestre de São Vítor concebeu o autoconhecimento humano como via para o conhecimento de Deus. Agostinho identificara o *lógos* na Encarnação, a saber: “então, a palavra divina, sem sofrer nenhuma mudança em sua natureza, tornou-se carne, e ele deveu habitar entre nós” (SANTO AGOSTINHO, 2002, *A doutrina cristã*, c. 13, §12b).

De acordo com a doutrina agostiniana, o homem, ser criado à imagem (*imago*) de Deus, decaiu pelo pecado dos primeiros pais (o evento nomeado como *Queda*), conservando somente a possibilidade da semelhança (*similitudo*). A Queda converteu o homem em ser dessemelhante e imperfeito (*imperfectus*, a saber, inacabado), que conservava de Deus somente vestígios (*vestigia*), e impunha distância em relação ao seu princípio criador. O retorno a Ele era, para o bispo de Hipona, não somente desejável como possível, e se operaria por meio do conhecimento – que garantia ao ser humano a compreensão de si mesmo e, baseada nela, a apreensão de Deus – fator de (re)união com o Criador (SAINT AUGUSTINE, A Trindade, c. 11, §16). Na epistemologia de Agostinho, o conhecimento consistia, portanto, em uma forma privilegiada pela qual os homens poderiam retornar à sua pátria – o reino dos céus, onde teriam sido criados como anjos.

A Ordem Franciscana e a Universidade medieval

A Ordem Franciscana se incorporaria aos espaços geográficos e discursivos produzidos pelas novas dinâmicas postuladas pelo século XIII, ao mesmo tempo que se converteria em força transformadora no interior dessa realidade, criando demandas e estabelecendo novas formas de interação. A constituição da Ordem era inseparável dos fenômenos que a acompanhavam: cidade, universidade, novos modelos de espiritualidade, rotas de mercadores, guildas e confrarias. Tratava-se de aspectos da nova ordem social constituída a partir do século XIII, da qual os franciscanos eram parte integrante e reigente.

A experiência franciscana conduziria a novos lócus (*loci fidei*) de fé: os frades cristalizaram um tipo de sensibilidade religiosa – consignada em imagens e dramatizações repletas de apelo emocional e na proposta do exercício de uma piedade explícita – e, paralelamente, de produção intelectual. Esta última se caracterizaria em grande medida pelo método escolástico, embora fundada em conteúdos da patrística, sobretudo a agostiniana. São exemplos desse pensamento, que caracterizamos como franciscano: uma concepção da história da humanidade em estreita relação com a história da Igreja; o cristocentrismo, ou seja, a centralidade da Encarnação na História; a crença na possibilidade da busca pelo conhecimento de Deus, para o qual a pobreza franciscana e os estudos proveriam os meios; o papel fundamental do conhecimento na via para a perfeição, o que viria a constituir as bases e a justificativa para a atuação dos frades na Universidade.

A inserção da Ordem dos Frades Menores na Universidade seria consolidada a partir de Boaventura de Bagnoregio (c.1221-1274), ministro-geral dos franciscanos entre 1257 e 1274 e discípulo de Alexandre de Hales. Este último fora o primeiro franciscano a ocupar uma cátedra,

como mestre de Teologia na Universidade de Paris – cargo posteriormente ocupado por seu discípulo.

Em sua atuação como ministro-geral e, paralelamente, mestre na Universidade, Boaventura proporia a conciliação do conhecimento livresco com o ideal franciscano de pobreza. O momento era de inflexão, e cumpria articular um discurso de acomodação entre setores diversos da Ordem. O ingresso dos frades na Universidade reforçava o caráter institucional e as bases materiais da Ordem, o que provocava críticas daqueles que defendiam a observância estrita da pobreza franciscana. Ao mesmo tempo, a presença dos livros também impunha uma reflexão acerca da propriedade e das formas de armazenamento. Como artefato, os livros compunham uma categoria potencialmente enunciadora da riqueza: os exemplares eram muitas vezes raros, e as encadernações, quase sempre caras. Mas a realidade da presença dos livros e da cultura livresca já se enunciava nos conventos franciscanos. Esse expediente pode ser atestado pela proveniência dos frades, que muito rapidamente passaria a caracterizar-se por camadas burguesas e aristocráticas. Era natural que a propriedade dos livros e a cultura letrada invadissem e impregnassem a Ordem, na mesma medida em que ela adquiria popularidade e prestígio. Muitos indivíduos adentravam a Ordem munidos de seus exemplares, ao mesmo tempo que a atuação dos frades no âmbito da Universidade criava demandas pelo artefato livresco. Impunha-se, além da discussão sobre o *status* da presença dos livros, a necessidade da criação de espaços para acomodá-los – o que supunha a construção de novos edifícios, a fim de servirem como bibliotecas.

A primeira justificativa enunciada por Boaventura para a presença dos livros entre os frades dizia respeito à necessidade de que conhecessem o ensinamento a ser professado, uma vez que se tratava de um imperativo de sua vocação de pregadores. Além dessa primeira questão, fundamentalmente concreta, Boaventura formularia um dos eixos de seu pensamento filosófico. O *Doctor Seraphicus* enunciou a equivalência entre o conhecimento e a contemplação na via para a perfeição em um opúsculo intitulado *Itinerarium mentis in Deum* – ou *Caminho da alma para Deus*, caminho este que deveria ser cumprido por meio de etapas de iluminação, estando Deus presente em tudo aquilo que era sentido ou conhecido (BONAVENTURE OF BAGNOREGIO, *Itinerarium mentis in Deum*, 26).

Dessa forma, a perfeição sensível se encontrava em relação de equidade com a percepção inteligível. Ora, Francisco, o “Pai fundador”, não necessitava da presença dos livros para atingir o Criador, uma vez que ascendera sem mediações ao estado da mística, a saber, o encontro com o Criador. Por sua vez, aos frades em geral – tanto quanto à humanidade em geral

– cumpria o caminho da mediação para o encontro da alma com Deus. A união mística seria, assim, mediada pela etapa do conhecimento.

Produto do impulso escolástico na esfera do conhecimento e expoente de uma tradição patrística renovada – atestada por um otimismo que postulava a crença na possibilidade de perfeição –, Boaventura de Bagnoregio adotou a noção do *homo capax*. Em primeiro lugar, o homem, ser criado à imagem e semelhança de Deus e, portanto, *perfectus* – a saber, completo –, teria sido subtraído de sua perfeição a partir da Queda. Para todos os efeitos, a Queda era, portanto, aquela do estado de perfeição (entendida como completude) para o estado de imperfeição (a incompletude). Ora, para Boaventura, a completude – perfeição – podia ser restabelecida pelo homem – de maneira direta ou mediada –, uma vez que ele era *capax Dei* – capaz de [atingir] Deus.

Boaventura retomou, portanto, a noção agostiniana segundo a qual a trajetória do homem sobre a terra era uma peregrinação que tinha como fundamento o retorno à sua verdadeira pátria – o reino celeste. A possibilidade da perfeição cristã enunciada pelo Doutor Seráfico apresentava uma forte convergência com a *devotio* franciscana, baseada no fundamento de acordo com o qual o exercício da pobreza corresponderia à perfeição evangélica. Mas a noção de uma capacidade humana para o reencontro com Deus também seria desenvolvida na epistemologia boaventuriana, que dedicaria grande destaque à noção do conhecimento como via para Deus. A capacidade para o conhecimento também seria afirmada por Tomás de Aquino, que retomaria a noção aristotélica segundo a qual possibilidade do conhecimento era ilimitada (OLIVEIRA, 2009, p. 77).

Expediente importante para a realização do encontro da alma com o Criador, o conhecimento implicava na apreensão de aspectos diversos, tanto da criação quanto do homem: sendo assim, as *artes* em geral eram importantes, na medida em que proporcionavam o conhecimento a respeito da criação, ao passo que a Filosofia viabilizava o autoconhecimento, que se configurava justamente como o fator de maior aproximação do conhecimento de Deus. Haveria, portanto, uma hierarquia entre as ciências, na qual a Filosofia ocuparia um lugar superior ao das ciências da natureza. Por sua vez, a Filosofia não consistiria em finalidade em si mesma, já que o autoconhecimento tinha por finalidade última o conhecimento de Deus. Este seria cumprido por meio da Teologia, que não se encerraria em si mesma, mas tinha por fim último a Mística: a Teologia era a última etapa do conhecimento humano para a realização da Mística – o encontro da alma com Deus. Essa sequência hierárquica foi descrita por Boaventura em um opúsculo intitulado *De reductione artium ad Theologiam*.

A temática da luz, por sua vez, seria recorrente no léxico boaventuriano e responsável por acomodar a Filosofia da Razão no interior da Universidade. -Como a Filosofia racional tinha como objeto a verdade do discurso (CRESTA, 2010, p. 147), para Boaventura ela era o lugar da expressão da luz. A recorrência da temática também faz eco ao componente de otimismo verificado no pensamento de Boaventura, ao mesmo tempo que alude a uma representação que se encontra em concordância com elementos típicos da Idade Média Central – momento em que a luz transborda na arquitetura das catedrais.

Por outro lado, ao indivíduo moral era dado o acesso ao Deus transcendental. Nesse sentido, tanto quanto para Platão, a apreensão da verdade deveria ser compreendida como signo de um exemplarismo moral. Boaventura realizaria, assim, a síntese entre duas matrizes no contexto da Universidade do século XIII: por um lado, tratava-se de retomar o *éthos* agostiniano do conhecimento, com suas implicações para a sociedade cristã, indissociável dos valores morais universais inerentes à fé e à doutrina; por outro, era necessário associar o aparato aristotélico em termos de método e categorias. A partir dessas duas matrizes, Boaventura teria enunciado uma epistemologia calcada no pressuposto da investigação científica e da crença no completo potencial do ser humano para adquirir o conhecimento:

[...] a imersão no universo do conhecimento, bem como a própria necessidade de abordar as formas pelas quais as coisas se dão a conhecer, acabaria por realizar a fusão entre os princípios platônicos e proto-platônicos e o método aristotélico. Assim, o conhecimento assumia lugar de destaque enquanto manifestação no mundo, ao mesmo tempo em que objeto de estudo e, portanto, tema do próprio conhecimento. (MAGALHÃES, 2015, p. 240).

O conflito na Universidade

Estabelecida como aspecto da dinâmica das relações sociais e de poder no mundo medieval, a Universidade não tardaria, ela própria, a converter-se em centro de disputas, emulando e reproduzindo os mesmos debates em voga fora dela. Na Universidade de Paris, o debate produzido nas décadas de 50 e 60 do século XIII dizia respeito, fundamentalmente, à conservação dos direitos de cátedra por parte dos mestres seculares, debate que se espraiava para a discussão de outros princípios, tais como a prerrogativa de celebrar missas e o controle sobre os enterramentos e sepulturas. Os ataques dirigidos aos Mendicantes no interior da Universidade principiaram com o questionamento de sua relação com a instituição em si – questões tais como pagamento de salários, política de greves e relações interpessoais com estudantes. Com o tempo – e dado o crescimento contínuo do ingresso dos frades como mestres

– os catedráticos seculares passariam a dirigir sua ofensiva contra a forma de vida professada pelos Mendicantes.

Exponentes desse contexto, os ataques dirigidos aos frades, protagonizados sobretudo por Guilherme de Saint-Amour e Geraldo de Abbéville, resultariam em uma reflexão a respeito da própria concepção da doutrina sustentada pelas duas Ordens. No caso de Boaventura de Bagnoregio, produziu-se uma obra em particular, a *Apologia pauperum contra calumniatorem*, redigida em cerca de 1269, como reação ao opúsculo do clérigo de Abbéville (intitulado *Contra adversarium perfectionis christinae*) e de fundamental importância para a criação de balizas teóricas acerca da pobreza franciscana.

Utilizando-se de fundamentos retóricos agostinianos, aliados ao método dialógico - que emula uma disputa entre o mestre e seu discípulo - Boaventura estabeleceu os fundamentos de uma teologia franciscana, ao mesmo tempo que isolava seu adversário no campo oposto, atribuindo a ele o componente do erro, do equívoco, da heresia. Ao construir sua argumentação, Boaventura transformou o ambiente do debate universitário em uma plataforma para o debate político, no sentido da consolidação da Ordem e dos frades no mundo acadêmico, bem como da legitimação do exercício de sua forma de vida nos termos daquilo a que denominou “perfeição evangélica”. A *Apologia* começava por desqualificar o adversário, estabelecendo pares de opostos, de forma a situá-lo fora da matriz cristã: sendo assim, ao afirmar que Geraldo condenava a pobreza como indigna e defendia a riqueza como estado digníssimo (BOAVENTURA DE BAGNOREGIO, 1949, *Apologia pauperum contra calumniatorem*, c. 7, §1), desacreditava o interlocutor como representante da *fides christiana* e pavimentava o caminho para o triunfo discursivo do modo de vida franciscano. Em seguida, Boaventura passava a associar a riqueza à avareza, aspecto desenvolvido ao longo do capítulo III, ao mesmo tempo que identificava a pobreza à *caritas*. O expediente da identificação da pobreza à *caritas* representava um ponto fundamental na discussão teórica sobre a pobreza franciscana. Por fim, ao definir, a partir de uma terminologia jurídica, os elementos da pobreza franciscana, ao longo do terceiro livro, a *Apologia* representou um passo importante na já irreversível institucionalidade da Ordem Franciscana.

Considerações finais

A produção acadêmica, que passaria a evidenciar o pensamento franciscano na Idade Média, foi composta, essencialmente, em estreita ligação com a Universidade e sua política de cátedras, e em relação dialógica com elas: as cátedras viabilizavam a formação dos frades e a significativa produção escrita, ao mesmo tempo que a literatura produziu-se, em larga medida,

visando ao reforço da presença franciscana nas mesmas cátedras. Doravante, os franciscanos e as universidades seriam elementos inseparáveis no conjunto das manifestações da sociedade da Idade Média Central. A interação entre as Ordens Mendicantes e o conhecimento mudaria a forma dos intelectuais relacionarem-se com o sua matéria-prima, prenunciando as práticas acadêmicas vindouras.

A Universidade foi o local privilegiado da *actio* franciscana a partir da institucionalização da Ordem na Idade Média. Compreendendo a ação como o lócus por excelência da política, podemos afirmar que a instituição universitária representou um papel estruturante na construção da Ordem, de seu discurso e de suas estratégias de atuação junto às sociedades. Como intelectuais, os franciscanos passaram a assumir sua identidade e seu papel no interior da Igreja Católica do século XIII, assim como dos séculos posteriores, com implicações importantes para o desenvolvimento do pensamento e da ciência na cristandade latina.

Referências

Fontes

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2003.

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. Apologia pauperum contra calumniatorem. In: APERRIBAY, B.; OROMI, M.; OLTRA, M. (Eds.). **Obras de San Buenaventura**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1949.

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. Itinerarium mentis in Deum. In: DE BONI, L. A., JERKOVIC, J. (Eds.). **Boaventura de Bagnoregio**: escritos filosófico-teológicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

HUGO DE SÃO-VÍTOR. **Didascalicon da arte de ler**. Introd. e trad. Antonio Marchioni. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTO AGOSTINHO. **A doutrina cristã**: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulus, 2002.

SANTO AGOSTINHO. **A Trindade**. Trad. e Introd. Agostinho Belmonte; revisão e notas Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1984.

Obras de referência

ARISTÓTELES. **Etique à Nicomaque**. Trad. J. Barthélemy Saint-Hilaire. Paris: Le Livre de Poche, 1992.

CRESTA, G. Valor y sentido del conocimiento en las órdenes mendicantes del siglo XIII in **Acta Scientiarum**, v. 32, n. 2, p. 141-151, 2010.

OLIVEIRA, T. A importância da leitura de escritos tomasianos para a formação docente. **Notandum**, v. 13, n. 24, p. 75-83, 2010.

MAGALHÃES, A. P. The Medieval University and the Ethos of Knowledge: Franciscan Friars, Patristic Tradition, and Scholastic “Instruments”. **Acta Scientiarum**, v. 37, n. 4, p. 237-245, 2015.